



## O NOTICIÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO DO JORNAL NACIONAL: UMA ANÁLISE DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO TELEJORNALISMO EM MÃE LUÍZA, NATAL – RN

Jacinta dos Santos Tindou<sup>1</sup>

Adriano Medeiros Costa<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo se constitui em um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O objetivo deste estudo é apresentar o grau de compreensão das editorias política e econômica do Jornal Nacional entre os telespectadores residentes no bairro periférico de Mãe Luiza, localizado na Zona Leste de Natal (RN). Para mensurar a inteligibilidade de tais editorias realizamos pesquisa bibliográfica e qualitativa com moradores do referido bairro, aplicamos questionários, realizamos entrevistas individuais e em forma de dois grupos focais. Enquanto técnica para a análise dos conteúdos de ambos os grupos, utilizamos a Análise de Discurso Francesa (Orlandi, 2015). Entendemos que o conhecimento produzido pelo jornalismo é imprescindível para o pleno exercício da cidadania e, conseqüentemente, para a manutenção e o fortalecimento das sociedades democráticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Função pedagógica do telejornalismo. Jornalismo político. Jornalismo econômico. Jornal Nacional. Cidadania.*

<sup>1</sup> Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: jacintatindou@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Adjunto IV do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande (DECOM/UFRN). Doutor e Mestre em Educação, graduado em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) e em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: adriano.medeiros.costa@ufrn.br

**ABSTRACT:** This article is an excerpt from the Course Completion Work in Journalism from the Department of Social Communication at the Federal University of Rio Grande do Norte. The objective of this study is to present the degree of understanding of the political and economic editorials of *Jornal Nacional* among viewers living in the peripheral neighborhood of Mãe Luiza, located in the East Zone of Natal (RN). To measure the intelligibility of such editorials, we carried out bibliographical and qualitative research with residents of the aforementioned neighborhood, administered questionnaires, and carried out individual interviews and in the form of two focus groups. As a technique for analyzing the contents of both groups, we used French Discourse Analysis (Orlandi, 2015). We understand that the knowledge produced by journalism is essential for the full exercise of citizenship and, consequently, for the maintenance and strengthening of democratic societies.

**KEYWORDS:** *Pedagogical function of telejournalism. Political journalism. Economic journalism; Jornal Nacional; Citizenship.*

## INTRODUÇÃO

O noticiário político e econômico apresenta algumas peculiaridades que podem, ocasionalmente, comprometer o grau de compreensão das notícias. Acreditamos no jornalismo como uma fonte de conhecimento e no jornalista como um educador, e, portanto, responsável por compartilhar com o público o conhecimento produzido dentro do campo jornalístico. Nesta perspectiva, o objetivo do presente artigo é apresentar o grau de compreensão das editorias política e econômica do *Jornal Nacional* entre os telespectadores residentes no bairro periférico de Mãe Luiza, Natal (RN), as quais apresentam um maior grau de complexidade se comparado, por exemplo, as editorias esportivo ou científico.

Consideramos que a função do jornalismo na televisão é muito mais ampla do que oferecer informação. Acreditamos que o telejornalismo possui, também, uma função pedagógica que pode contribuir para que o público compreenda com maior efetividade conteúdos mais técnicos ou pouco familiares, como ocorre nas editorias política e econômica. É a chamada função pedagógica, que compreende três parâmetros: *adequação linguística*, referente ao uso de vocabulário próximo da linguagem utilizada no dia a dia, evitando-se termos técnicos; os *processos didáticos* – que são a utilização

de recursos gráficos e ilustrativos – e a *interpretação*, que compreende a contextualização e a análise da notícia, e não somente o seu aspecto factual.

Acreditamos que dois fatores principais podem comprometer a compreensão do público no que se refere ao noticiário político e econômico, que são o déficit na educação pública oferecida pelo Estado e o formato de apresentação do conteúdo que, pela ausência de contextualização da notícia, produz baixa identificação no público.

Para mensurar a inteligibilidade do noticiário político e econômico do Jornal Nacional, o telejornal de maior audiência do país, realizamos pesquisa qualitativa com 15 moradores (oito mulheres e sete homens) do bairro de Mãe Luíza, localizado na Zona Leste de Natal-RN, e considerado socioeconomicamente desfavorecido.

Mãe Luíza surgiu por volta da década de 1940 como uma ocupação de migrantes que, motivados pela seca que castigava o interior do Rio Grande do Norte, vieram para a capital do Estado e fixaram residência na região de dunas onde hoje localiza-se o bairro. Os primeiros moradores tiveram que desbravar a mata para edificar suas moradias, construídas com palha de coqueiro, tábuas ou barro. Assim, a realidade socioeconômica de Mãe Luíza era marcada pelo desemprego e ausência de serviços públicos básicos, como luz elétrica e água encanada.

Nesse contexto de pobreza e ausência do poder público, os moradores viviam sob o permanente risco de expulsão. Os barracos levantados à noite poderiam ser derrubados durante o dia por funcionários da prefeitura. Até que, em 23 de janeiro de 1958, por meio da lei nº 794, Mãe Luíza tornou-se oficialmente bairro e o então prefeito de Natal, Djalma Maranhão (1915-1971), realizou as primeiras doações oficiais de terra.

Então, apesar da localização privilegiada (próxima ao mar e ao centro da cidade), Mãe Luíza é considerado um bairro periférico em virtude do seu perfil socioeconômico. De acordo com dados do censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, a população era composta, à época, por 14.959 pessoas. Destes, 77% possuíam renda de até um salário mínimo e a taxa de alfabetização dos moradores era de 83%, inferior dez pontos percentuais à média da região Leste (93%), da qual o bairro faz parte (PREFEITURA DO NATAL, 2012).

Por considerar o jornalismo fundamental para o fortalecimento da democracia, acreditamos que o acesso ao conhecimento produzido nas editorias política e econômica é fundamental para o exercício da cidadania – compreendida como participação política e social – e, por este motivo, esse conhecimento deve estar disponível à totalidade do público, e não apenas a segmentos específicos.

O artigo está dividido nas seguintes seções: Introdução; Metodologia; Discussão e Resultados, subdividida em duas subseções: O jornalismo como conhecimento e a função pedagógica do jornalismo, O noticiário político e econômico do Jornal Nacional e a percepção do grupo focal; e por fim as Considerações Finais.

## **METODOLOGIA**

Para mensurar a inteligibilidade do Jornal Nacional entre o público médio, enquanto metodologia, realizamos a experiência por meio de um grupo focal formado por 15 moradores (8 mulheres e 7 homens) do bairro de Mãe Luíza, localizado na zona leste de Natal-RN. Adotamos enquanto categoria a pesquisa qualitativa, realizamos entrevistas individuais e em grupo. Aplicamos um questionário que abordava quatro temas: novela, futebol, política e economia. Os entrevistados foram perguntados se acompanhavam alguma novela ou assistiam jogos de futebol. Questionou-se, ainda, se possuíam o hábito de acompanhar o noticiário político e econômico.

Enquanto técnica para a análise sistemática dos conteúdos de ambos os grupos, utilizamos a Análise de Discurso Francesa (Orlandi, 2015). Pois, compreendemos sua importância para a avaliação das discussões e das opiniões manifestas em tais grupos. Além disso, também por admitir duas noções fundamentais para formar o discurso: a base linguística e o processo discursivo ideológico, entendemos como adequada essa técnica. Orlandi (2015) entende que todas as palavras apresentam um sentido conforme a posição dos sujeitos que as enunciam, podendo variar seu sentido em conformidade com a ideologia do autor do discurso. Modificar de sentido não consiste em mudar a língua, mas utilizar o processo de produção dos sentidos para gerar o discurso e utilizar-se dele para seus objetivos. Para compreendermos melhor como se organiza a formação discursiva, devemos ter em conta que ela é parte integrante das especificações sobre o que pode, deve e não deve ser dito. Orlandi (2015) nos explica que o discurso se

constitui de inúmeros sentidos porque o sujeito está posto em uma formação discursiva e as palavras por si só não formam um sentido em si mesmas, mas de acordo com suas formações ideológicas. Assim, para a autora, “tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. (Orlandi, 2015, p. 41).

Os participantes foram divididos em dois grupos focais: o grupo A formado por Washington, Alfredo, Bernardo, Rosângela, Elizabeth, Cecília, Lavínia, que participaram da reunião em 24/10/22, às 19h. O grupo B foi composto por Ângela, Marcela, Fernanda, Laura, Wilson, Manoel, Maurício e Alberto, que foram reunidos em 29/10/22, às 15h. Optamos por preservar a identidade dos participantes ao notar certo grau de constrangimento, por parte de alguns, ao declararem desconhecer as respostas sobre determinados temas mencionados no questionário, cuja aplicação foi realizada individualmente na antevéspera de cada reunião. O Quadro 1 mostra o perfil resumido do grupo:

**Quadro 1: Perfil dos participantes do grupo focal**

Nº	Nome <sup>3</sup>	Idade	Escolaridade	Ocupação	Renda	Estado civil	Filhos/ netos
1	Alberto	23	Médio	garçom/quiosque	até 1	Namora	0/0
2	Arnaldo	56	Fundamental	porteiro/desempregado	1 e ½	Casado	2/0
3	Ângela	55	Fund/incompleto	doméstica	1	união estável	4/3
4	Bernardo	26	Médio	vendedor/varejo	1 e ½	Namora	0/0
5	Cecília	28	Fundamental	cuidadora idoso	1	união estável	2/0
6	Elizabeth	57	Fund/incompleto	ASG	1	divorciada	2/8
7	Fernanda	24	Téc. edificações	estágio téc. edificações	até 1	Namora	0/0
8	Laura	17	Cursando 9ºano	estudante	0	Namora	0/0
9	Lavínia	41	Superior/incom.	microempreendedora	2	Casada	2/0
10	Manoel	80	Fund/incom.	hotelaria/aposentado	2	Viúvo	10/6
11	Marcela	45	Médio/incom.	balconista	1	Casada	4/1
12	Maurício	25	Téc. edificações	desempregado	0	Namora	0/0
13	Rosângela	55	Médio	ASG	1	Casada	2/0

<sup>3</sup> Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos(as) entrevistados(as).

14	Washington	49	Fundamental	ASG	1	Casado	6/3
15	Wilson	55	Fund/incompleto	aux.eletrônica	até 1	União estável	6/5

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados coletados na pesquisa.

Foram exibidas seis reportagens das editorias política e econômica do Jornal Nacional, veiculadas na semana que compreende os dias 10 a 15 de outubro de 2022, cuja escolha foi aleatória: Imposto de renda/pensão alimentícia (10/10/22)<sup>4</sup>; IPCA - inflação dos alimentos (11/10/22)<sup>5</sup>; Assédio eleitoral (12/10/22)<sup>6</sup>; Mutirão Defensoria Pública do Maranhão (12/10/22)<sup>7</sup> e Orçamento Secreto/Operação Quebra Ossos (14/10/22)<sup>8</sup>.

As matérias foram exibidas alternadamente, com exceção da que relatava a Operação Quebra Ossos vinculada ao Orçamento Secreto – apenas essas duas foram exibidas de maneira consecutiva.

Antes da exibição das reportagens, o grupo focal foi informado sobre a editoria corresponde a cada uma, se política ou econômica. Após o término da veiculação, questionou-se a temática de cada reportagem e qual a compreensão dos componentes do grupo sobre o conteúdo exposto.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

### **O jornalismo enquanto conhecimento e sua função pedagógica**

De acordo com Meditsch (1997), o conhecimento seria uma forma de conhecer e re-conhecer o mundo, de revelar aspectos da realidade. Para Vizeu (2014), o jornalismo é uma forma social de conhecimento que contribui para que homens e mulheres possam compreender o mundo que os cerca (2009), ao buscar tornar-se mais comum e mais

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11015714/?s=0s> Acesso em: 11 out. 2022

<sup>5</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11019245/?s=0s> Acesso em: 12 out. 2022

<sup>6</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11021954/?s=0s> Acesso em: 13 out. 2022

<sup>7</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11021954/?s=0s> Acesso em: 13 out. 2022

<sup>8</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11028944/?s=0s> Acesso em: 15 out. 2022

acessível. Por sua vez, Castilho (2021, sem paginação) atribui ao jornalismo a função de “transmitir ao público a noção de como uma informação pode ser crucial para a produção de conhecimentos necessários à solução de problemas individuais e coletivos”.

Nesse sentido, observamos que existe uma correlação entre as disciplinas escolares e as editorias jornalísticas, pois assuntos abordados em sala de aula repercutem no noticiário. O conhecimento científico ainda é pouco acessível à sociedade, que não teria a oportunidade de inteirar-se das descobertas da ciência se não fosse a escola ou a mídia. Assim como os professores em suas respectivas disciplinas, nas editorias os jornalistas se dedicam a estudar e entender o assunto e se especializam em transmitir ao público o conhecimento técnico produzido nos campos do saber. Nesse contexto específico, o jornalista não produz o conhecimento que divulga. Ele reproduz um saber concebido por terceiros, mas que, sem o seu trabalho de mediação, seria inacessível ao público leigo.

Um outro aspecto do conhecimento do jornalismo é quando o jornalista produz o seu próprio conhecimento, a partir do jornalismo de dados, jornalismo investigativo ou com ênfase na responsabilidade social abordando temas relacionados à desigualdade socioeconômica, violações aos direitos humanos, acessibilidade/inclusão, discriminação (classe, gênero, etnia) e invisibilidade social (pessoas em situação de rua), tendo como objetivo conscientizar a população.

Numa sociedade democrática, a cidadã e o cidadão têm o direito de participar politicamente. Podem pressionar por mudanças sociais, cobrar dos representantes eleitos a defesa de pautas relevantes, a alteração da legislação. A tomada de consciência produz mobilização, que, por sua vez, impulsiona a mudança.

Esse é o objetivo do conhecimento do jornalismo: instruir a cidadã e o cidadão para atuar na vida em sociedade, capacitá-lo(a) a exercer seu direito à participação política e social. Em termos epistemológicos, nós poderíamos considerar que o conhecimento do jornalismo contribui com uma formação para o exercício da cidadania porque nos habilita para atuar de modo ativo na esfera pública.

Nesse sentido, podemos considerar que o jornalismo é uma fonte de conhecimento: a) quando reproduz o conhecimento produzido por terceiros, tornando-o mais acessível; b) quando produz o seu próprio conhecimento social, que auxilia o homem e a mulher a conhecer e se orientar no mundo, contribuindo com uma capacitação para o exercício da cidadania.

Já a dimensão pedagógica do jornalismo está relacionada ao seu gênero interpretativo. A função pedagógica refere-se ao cuidado em não permitir que uma informação ou fato passem despercebidos pelo(a) telespectador(a) e o esforço dos profissionais em utilizar estratégias – nas etapas de produção e apresentação da notícia – que facilitem o entendimento do público. Vizeu (2009) compreende como função pedagógica a observância da *adequação linguística* (variante coloquial), acrescida da utilização de recursos audiovisuais e de sintaxe – denominados *processos didáticos* (VIZEU; SILVA, 2016) – na composição da reportagem televisiva para ajudar o(a) telespectador(a) a compreender a notícia. Ao abordar a relevância da adequação linguística nos telejornais, Vizeu (2009) cita Paternostro (1999):

Os jornalistas, de uma maneira geral, têm uma preocupação “didática” com relação à audiência. Isso é trabalhado desde os tempos da universidade até o dia-a-dia da redação. [...] a tevê tem a obrigação de respeitar o telespectador e transmitir a informação em uma linguagem coloquial e correta. [...] quem assiste ao telejornal só ouve o texto uma vez, por isso deve ser capaz de captá-lo, processá-lo e retê-lo instantaneamente. Não há uma segunda chance. (VIZEU, 2009, p. 80)

Em outro trabalho, Vizeu e Silva (2016) abordam os *processos didáticos*, que se referem ao modo como os elementos que compõem a reportagem – o texto da locução do repórter, as imagens de apoio, a fala dos entrevistados e recursos ilustrativos (tabelas, gráficos e artes) – se relacionam entre si e contribuem para a compreensão da notícia por parte do(a) telespectador(a).

As contribuições de Vizeu (2009) sobre a função pedagógica do noticiário televisivo são de extrema relevância ao suscitar o debate acerca de um tema ainda pouco explorado nas pesquisas em comunicação. Concomitantemente, têm o mérito de proporcionar o reconhecimento de uma atribuição pedagógica do telejornalismo e, por consequência, enfatizam o direito do(a) telespectador(a) dos canais abertos de televisão



acessar o conhecimento produzido no campo jornalístico – materializado em um conteúdo minucioso e substancial, ainda restrito a segmentos sociais de maior renda e escolaridade que dispõem de TV por assinatura.

Quando se trata de amenidades e da cobertura esportiva, é possível encontrar na televisão e no jornalismo amostras excepcionais do exercício da função pedagógica. O programa Globo Esporte e o programa Bem Estar<sup>9</sup> – misto de jornalismo e entretenimento – são exemplos muito apropriados da utilização dos recursos de *adequação linguística* e *processos didáticos* descritos por Vizeu e Silva (2016), bem como a presença do elemento de *interpretação* (CAMPOS, 2002). Podemos citar a utilização de algumas estratégias do referido programa, que o tornam didático, tais como: Postura dos apresentadores (sempre animados e com um sorriso, os apresentadores se dirigiam ao público em tom professoral e amigável); Participação do público via redes sociais; Simplificação de termos técnicos; Elementos ilustrativos (utilização de um telão – à semelhança de um quadro-negro – para explicar os assuntos com auxílio de recursos gráficos e de arte); Amplitude do tempo de exibição (diferente do tempo do telejornalismo que, geralmente, é muito veloz).

Nesse sentido, o Bem Estar pode ser classificado como um exemplo da função pedagógica aplicada à editoria de saúde, onde utilizam-se os recursos da *adequação linguística* (VIZEU, 2009) e dos *processos didáticos* catalogados por Vizeu e Silva (2016) e de *interpretação* (CAMPOS, 2002).

Por outro lado, quando a pauta se relaciona às questões políticas e econômicas, torna-se mais difícil identificar a aplicação da função pedagógica no telejornalismo, sobretudo em canais abertos de televisão – que geralmente priorizam o entretenimento. Os telejornais em canais de televisão aberta, de modo geral, são eminentemente informativos, onde os enunciados são unilaterais (sem espaço para o contraditório), os âncoras ou especialistas consultados detêm o conhecimento sobre o

---

<sup>9</sup> O “Bem Estar” foi uma atração matinal e diária exibida pela Rede Globo entre 21 de fevereiro de 2011 até março de 2019 que abordava temas relacionados a saúde e qualidade de vida, como alimentação saudável, exercícios físicos e prevenção/tratamento de doenças, em tom informal e animado. Note-se que os temas tratados no programa eram técnicos e complexos, relacionados a cardiologia, endocrinologia etc. São conhecimentos da área de medicina de difícil compreensão. No entanto, a abordagem do programa e a leveza com a qual os assuntos eram tratados tornavam a apreensão do conteúdo agradável e até divertida.

verdadeiro e o correto, sob a premissa de que no jornalismo profissional a informação é apurada e checada e, portanto, o(a) telespectador(a) pode sentir-se seguro(a) e recebê-la com confiança. A presença de comentaristas que possam auxiliar a compreender melhor a notícia costuma ser insuficiente e, em boa parte dos noticiários, não há canais de participação do público. Desse modo, não se estabelece o diálogo e, conseqüentemente, a comunicação enquanto co-participação no ato de pensar (FREIRE, 1988) torna-se inviabilizada.

### **O noticiário político e econômico do Jornal Nacional e a percepção do grupo focal**

Para Adorno e Horkheimer (1985), a indústria cultural é caracterizada por uma produção massiva e padronizada de produtos culturais, tais como filmes e músicas. Trata-se de uma produção uniforme, desprovida de essência e direcionada a um propósito meramente comercial. É uma arte fabricada para oferecer entretenimento, secundarizando o objetivo primordial da produção artística, que, para os autores, seria o fomento à reflexão, ao senso crítico.

Para além dos propósitos comerciais, a indústria cultural também possui finalidades ideológicas, conforme observado por Silva (1985):

A indústria cultural veicula nos bens que produz e são consumidos pelo público uma ideologia hegemonicamente burguesa nos países capitalistas. E ela [...], o principal instrumento através do qual se reproduzem os valores culturais e ideológicos indispensáveis para a manutenção do poder da burguesia sobre as demais classes sociais. A influência da indústria cultural, em especial através da televisão e do rádio, há muito superou a da Igreja e a da Escola (em especial num país desescolarizado como o nosso) e já começa a superar a Família. (SILVA, 1985, p. 21)

A Rede Globo é uma grande indústria cultural. A base de sustentação da emissora está na produção de novelas e na transmissão de jogos de futebol, os dois principais produtos em sua cadeia de produção de entretenimento. Nesse contexto, o público é compreendido como um grande mercado consumidor – tanto de produtos e serviços quanto de ideologias.

A novela e o futebol são o capital cultural (BOURDIEU, 1998) oferecido pela Globo ao público no decorrer dos seus 57 anos de existência<sup>10</sup>. Fazendo uso do seu poder simbólico (BOURDIEU, 1989), ela contribuiu significativamente para construir identidades nacionais baseadas no folhetim e na bola, o que lhe rende lucros extraordinários. O Brasil é o “país do futebol”, com “200 milhões de técnicos”. A novela, por sua vez, foi consolidada por meio da Rede Globo como uma “mania nacional”, uma tradição no país, cuja longevidade já alcança os 70 anos.

Situação similar ocorre com a editoria esportiva. Na cobertura midiática, o esporte costuma estar entre os assuntos prioritários. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997), a priorização da editoria esportiva, juntamente com temas relacionados às variedades, encontra explicação na concorrência entre as emissoras de televisão pelo índice de audiência, tendo como objetivo distrair o público ao desviar a atenção dos fatos políticos relevantes, conforme ressalta Bourdieu (1997, p.73), “as notícias de variedades, como disse, têm por efeito produzir o vazio político, despolitizar e reduzir a vida do mundo à anedota [...] fixando e prendendo a atenção em acontecimentos sem consequências políticas”.

Pelo seu alto potencial de mobilização das massas, o futebol não é simplesmente um esporte, mas um instrumento utilizado pelo poder econômico para cativar o público e gerar lucros expressivos – especialmente em época de Copa do Mundo – à própria Rede Globo, à Federação Internacional de Futebol (Fifa), aos anunciantes e ao comércio em geral.

Observamos que o telejornal de maior audiência da televisão brasileira, Jornal Nacional, é superficial, eminentemente informativo. Nele, não raramente, há maior ênfase e espaço para a cobertura esportiva do que para as editorias política e econômica. A abordagem destas costuma ser breve e pouco detalhada, sem contemplar suficientemente a análise, o aprofundamento e a contextualização das notícias.

Mediante essa constatação e por considerar o acesso ao conhecimento do jornalismo como imprescindível ao exercício da cidadania, procuramos mensurar em nossa experiência com o grupo focal o grau de inteligibilidade do Jornal Nacional com

---

<sup>10</sup> A emissora foi inaugurada em 26 de abril de 1965.

base nos parâmetros da função pedagógica do jornalismo: *adequação linguística, processos didáticos e interpretação*. Realizamos uma análise com ênfase no critério interpretativo, por acreditarmos que a linguagem e os recursos ilustrativos utilizados nas reportagens encontram-se em níveis de razoabilidade, embora pudessem ser aprimorados.

As reportagens *Imposto de Renda – Pensão alimentícia, IPCA - Inflação dos alimentos e Assédio eleitoral* obtiveram um nível de compreensão médio entre o grupo focal. Acreditamos que por, de algum modo, abordarem situações familiares aos componentes do grupo. Muitos relataram, por exemplo, terem sofrido assédio eleitoral no ambiente de trabalho ou conhecerem algum parente ou amigo que tenha passado pela situação. É o caso de Marcela, que relatou:

Um cunhado meu passou por isso. Ele perdeu o trabalho justamente por causa disso. Chegaram lá e falaram pra ele: ‘ou você vota em candidato tal ou você vai perder o emprego’. E foi justamente o que aconteceu: ele perdeu o trabalho dele. Mas ele tinha todo o direito de recorrer e procurar os direitos dele. Não devia ter se calado, mas se calou e, infelizmente, perdeu o trabalho dele. (Trecho de transcrição do grupo focal B, 29 de outubro de 2022, NATAL).

120

Sobre a inflação dos alimentos, foi quase unânime a opinião de que, de fato, fazer compras no supermercado está a cada dia custando mais caro. No questionário individual, ao serem perguntados sobre o que vem à mente quando se fala em economia, muitos fizeram referência à inflação em geral e ao preço dos alimentos, de modo mais específico. No entanto, apenas um dos participantes soube responder – de acordo com o que foi relatado na reportagem – o porquê dos bens duráveis sofrerem deflação, no período mencionado, e os alimentos não acompanharem a mesma redução nos preços. Wilson explicou:

Pela falta de comprador. Ou você compra o alimento ou um bem. E você não pode deixar de comer. Então é melhor comprar a comida porque os bens podem esperar a coisa melhorar um pouquinho. Então eles ficam lá parados e as lojas baixam os preços pra ver se chega comprador. (Trecho de transcrição do grupo focal B, 29 de outubro de 2022, NATAL).

Essa explicação estava contida na reportagem, na sonora (entrevista) da fonte Juliana Inhasz, professora de economia do Insper:

Isso faz com que o aumento dos preços ele acabe, de fato, permanecendo, ele se perpetua em alguns cenários ou ele permanece durante longos períodos de tempo. Porque, diferente de outros consumos – que quando o preço sobe, as pessoas diminuem – no caso da alimentação, não. Os preços podem subir, as pessoas substituem... é... um produto mais caro por outro um pouquinho mais barato, mas, na média, elas continuam consumindo o mesmo tanto de alimento. (INHASZ, 2022, sem paginação).

No entanto, reiteramos que apenas um participante do grupo focal – entre 15 pessoas – apreendeu essa informação no decorrer da exibição da reportagem.

No que se refere à reportagem sobre a isenção de *imposto de renda* para quem recebe pensão alimentícia, apenas duas participantes, Lavínia e Marcela, demonstraram ter compreendido o que é a restituição do imposto de renda e o porquê do governo federal estar devolvendo o dinheiro. Lavínia fez referência à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a devolução do pagamento. Os demais participantes, quando perguntados sobre o tema da reportagem, responderam genericamente que se tratava de “pensão alimentícia”, mas não fizeram nenhum comentário detalhado sobre o assunto. O Quadro 2 mostra o resultado obtido no questionário aplicado individualmente.

### Quadro 2: Resultados da pesquisa

Você já ouviu falar em:	Sim	Não
<b>Declaração do imposto de renda</b>	13	2
<b>Isenção do IR</b>	7	8
<b>Dedução do IR</b>	5	10
<b>Restituição do IR</b>	7	8

Fonte: Dados coletados pelos autores a partir de questionário aplicado ao grupo focal.

Portanto, verificamos que, embora muitos afirmem já ter ouvido falar no imposto de renda, o conhecimento sobre o funcionamento do tributo é insuficiente, o que compromete a compreensão da notícia. Perguntou-se também se já haviam ouvido falar no sistema tributário (Quadro 3):

### Quadro 3: Resultados da pesquisa

Você já ouviu falar em:	Sim	Não
<b>Sistema tributário</b>	7	8
<b>Imposto progressivo</b>	2	13
<b>Imposto regressivo</b>	1	14
<b>Imposto direto</b>	1	14
<b>Imposto indireto</b>	1	14

Fonte: Dados coletados pelos autores a partir de questionário aplicado ao grupo focal.

Acreditamos que o conhecimento sobre o sistema tributário brasileiro – caracterizado pela regressividade e o predomínio de impostos indiretos – proporcionaria ao público – que é composto por cidadãos e cidadãs – ter a possibilidade de avaliar e reivindicar ao poder público melhorias na legislação tributária, como por exemplo, a isenção do ICMS para os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), caso a cidadã e o cidadão avaliassem que a isenção do ICMS pudesse beneficiá-los.

William Bonner, editor-chefe do Jornal Nacional, ao explicar por que o noticiário de maior audiência da Rede Globo é predominantemente informativo, com ausência de comentaristas, declarou:

O que nós oferecemos ao público é informação. Essa é a nossa vocação. Na Globo, nós acreditamos firmemente que informação é o instrumento mais valioso e eficiente para o exercício pleno da cidadania. Porque um cidadão informado tem todas as condições de compreender o mundo em que vive, de avaliar seu país, sua cidade, e de escolher os candidatos que se apresentam para pedir votos de tempos em tempos. Nós acreditamos no caminho da liberdade, da democracia e do respeito à lei como o único capaz de levar ao desenvolvimento social, econômico e político da nação. E acreditamos que o nosso papel é oferecer informação objetiva para que, de posse dela, o cidadão construa a sua opinião sobre a realidade que o cerca. (BONNER, 2009, p. 243)

No entanto, Franklin Martins, que foi comentarista político na Rede Globo até maio de 2006, pondera:

Na maioria dos casos, não basta apenas dar a notícia, ou seja, transmitir a informação factual mais recente. É necessário qualificá-la, relacioná-la com outros fatos, explicar suas causas e avaliar suas possíveis consequências. Em suma, é preciso entregar aos leitores não apenas a notícia, mas também o que está por trás e em volta da notícia. Dito de outra forma, é preciso explicar, analisar, interpretar o que aconteceu. (MARTINS, 2013, p. 21)

Nesse sentido, Martins corrobora com o pensamento de Wolton (2011, p.77), segundo o qual: “Quanto mais há notícias circulando, no entanto, mais precisamos de conhecimento para explicá-las e contextualizá-las. [...] Para que serve ter acesso a todo tipo de informação se não dispomos de conhecimentos para fazer interpretações?”

Como temos defendido neste artigo, o jornalismo não deveria se limitar a oferecer informações, mas ir além e fornecer o conhecimento que possibilite compreendê-las. Wolton (2011, p. 78) arremata: “O problema não é o volume de informações, mas ter os conhecimentos necessários para interpretá-las”.

Mediante a compreensão de Bonner acerca da informação como instrumento para o exercício da cidadania, nos questionamos qual a concepção de cidadania abordada no Jornal Nacional. A reportagem sobre o *mutirão da defensoria pública do Maranhão* nos parece elucidativa a esse respeito. A matéria aborda um projeto da Defensoria Pública do Maranhão chamado “Carreta na Praça”, que leva às comunidades carentes o serviço de emissão de documentos, como registro civil e carteira de identidade. Foram mostrados dois personagens, Ivaldo Pereira dos Santos, de 53 anos, e Jeovana Alves Barbosa, de 14, moradores de Belágua, cidade no interior do Maranhão, que relataram não ter acesso a serviços públicos básicos, como saúde e educação, por não possuírem documentos.

Em um determinado momento da matéria, a repórter diz: “Hoje é um dia muito especial pro seu Ivaldo: ele sai de casa pra colocar fim aos 53 anos de espera por cidadania. Ele vai em busca de tirar a certidão de nascimento, de ser reconhecido como cidadão, de fato e de direito”. Mais adiante, o Defensor-Geral do Estado do Maranhão acrescenta: “O registro de nascimento e o RG não é apenas um documento, não é um pedaço de papel. É um passaporte, é um passaporte pra entrada na cidadania”. E, para complementar o conceito de cidadania delineado pela reportagem, a estudante Jeovana

Alves Barbosa comenta, após receber a sua certidão de nascimento: “Muita alegria porque agora eu sou uma cidadã, não sou mais invisível”.

Orlandi (2015, p. 41) define que “toda palavra é sempre parte de um discurso e todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória. Então, quando perguntados sobre o que é ser cidadão, as respostas do grupo focal foram homogêneas. No grupo A, obtivemos as seguintes declarações:

**Elizabeth:** “ter os seus documentos para ter direitos, porque você, sem documento, não tem direito a nada”.

**Bernardo:** “ser cidadão é ter todos os seus direitos”.

**Lavínia** complementou: “e deveres também”.

**Bernardo** assentiu: “Isso”.

**Washington:** “quando uma pessoa tá dentro da sociedade, ela tem direito a saúde, educação, lazer...” No grupo B, as respostas também foram semelhantes:

**Maurício:** “ser cidadão é ter seus direitos. Poder estudar, poder ir ao médico, marcar sua consulta, essas coisas...”

**Fernanda:** “ter direitos e deveres”.

**Manoel:** “se comportar como um cidadão mesmo” [refere-se a bom comportamento]

**Alberto:** “ser um rapaz correto, andar na linha na sociedade”.

**Ângela:** “poder trabalhar, poder participar da sociedade”.

**Marcela:** “já falaram tudo, já resumiram tudo. Tudo o que eles falaram seria a cidadania mesmo”.

(Trecho de transcrição do grupo focal A, 24 de outubro de 2022, NATAL).

A reportagem gerou bastante debate entre os componentes do grupo A, reunidos no dia 24/10. Bernardo questionou se a reportagem, de fato, falava sobre política:

**Bernardo:** “eu fiquei com uma dúvida sobre essa reportagem: se era ela sobre política ou cidadania. Porque, na minha opinião, ela não falou nada sobre política. Eu não vi nada relacionado à política, apenas à cidadania”.

**Lavínia** arriscou que a relação com a política poderia estar na abordagem da falta de acesso às “políticas públicas” por parte das pessoas apresentadas na matéria. Citou ainda que a prefeitura e o governo do estado, por meio do censo, deveriam verificar qual população não tem acesso ao direito básico de obter o registro civil.

**Bernardo** explicou que, quando se fala em política, ele pensa em corrupção: “só vem isso na minha cabeça”. **Lavínia** assentiu e ainda acrescentou: “ladrão”.

**Arnaldo** comentou: “eles nunca dão um ponto sem nó”.

**Lavínia:** “é corrupção e ladrão o que a gente pensa logo”.

**Bernardo:** “aí, quando passou a reportagem, foi por isso eu não vi nada falando sobre política”. (Trecho de transcrição do grupo focal A, 24 de outubro de 2022, NATAL).



Com base em Aristóteles (2010), acreditamos que o conceito de cidadania está relacionado à participação política, ao direito de tomar parte no processo decisório sobre os rumos do país, estado ou cidade, não se restringindo ao direito de votar para eleger seus representantes – uma conquista de importância imensurável – mas abrangendo a participação no processo Legislativo, nas ações do Executivo e, até mesmo, do Judiciário. Em suma, a cidadania está relacionada ao direito de ter voz, de manifestar a sua opinião, de reivindicar os direitos – sem esquecer o cumprimento dos deveres, certamente – e à garantia de que essa voz seja ouvida e não ignorada. No Brasil, a interlocução efetiva com os representantes eleitos é uma prerrogativa ainda restrita a segmentos sociais específicos, como o grande empresariado, por exemplo.

A compreensão da cidadania enquanto participação nas decisões que regem a vida em sociedade foi explicada brevemente ao grupo focal. Bernardo citou como um exemplo a interação entre os políticos e o eleitorado que tem sido proporcionada pela internet. Alguns integrantes do grupo A fizeram comentários:

**Washington:** “então eu volto atrás. Quando eu ouvir a palavra ‘política’, eu não vou pensar mais em ‘ladrão’. Vou pensar que é a voz do povo”.

**Lavinia** acrescentou: “a democracia”.

**Washington** assentiu e disse: “quando alguém perguntar o que é ‘política’, vou dizer que é eu ter o direito de falar”. (Trecho de transcrição do grupo focal A, 24 de outubro de 2022, NATAL).

125

Verificamos, assim, que a percepção dos telespectadores e telespectadoras sobre um determinado tema – como política e cidadania, por exemplo – é condicionada pela cobertura jornalística a que são expostos. Como relata Diniz (2013), quando trata-se de reportagens de viés político, a cobertura do Jornal Nacional possui um caráter negativo para a maior parte desse tipo de reportagem, com “repetições dos estereótipos tradicionais, que relacionam mais intensamente a política apenas a aspectos negativos, como corrupção, desonestidade, compra de votos, obtenção de vantagens pessoais e desvio de dinheiro público”. (DINIZ, 2013, p. 12).

Quanto ao noticiário econômico, observa-se uma tendência em considerar o público em dois aspectos: como potencial mercado consumidor e como contingente de força laboral. O aspecto da cidadania do telespectador e da telespectadora é tratado de

modo secundário, quase imperceptível. De modo geral, nas reportagens desta editoria não se percebe preocupação em explicar os meandros relativos à macroeconomia, como o PIB, a taxa básica de juros, a dívida pública, o orçamento público, inflação etc.

Tomemos como exemplo o Banco Central do Brasil (BC), autarquia que faz parte do Sistema Financeiro Nacional, responsável, entre outras funções, pela definição da taxa básica de juros, a Selic, e pelo controle da inflação, a maior preocupação dos brasileiros e brasileiras. Embora suas decisões causem tanto impacto dos cidadãos brasileiros, o BC é uma instituição pouco conhecida pelos segmentos socialmente mais desfavorecidos. Alguns entrevistados afirmam já ter ouvido falar da autarquia, mas desconhecem totalmente a sua atribuição de manter o controle da inflação. No questionário que aplicamos individualmente, nenhum dos 15 participantes do grupo focal soube responder o nome do atual presidente da instituição, o economista Roberto Campos Neto. Quando perguntados sobre quem é o responsável por controlar a inflação, a maioria respondeu “o Presidente da República”. Alguns citaram Paulo Guedes o, então, ministro da Economia. Mas não houve nenhuma menção ao Banco Central.

Nesse sentido, de acordo com o critério interpretativo do jornalismo pedagógico, consideramos que o conceito de cidadania exposto pelo telejornal é muito restritivo e simplista, não contribuindo nem incentivando o telespectador e a telespectadora a ter uma participação política e social mais ativa.

As reportagens sobre o que é o “Orçamento Secreto”, assim chamadas as verbas do orçamento público que sem transparência eram destinadas a projetos apontados por parlamentares, e a “Operação Quebra Ossos” realizada pela Controladoria-Geral da União e pela Polícia Federal que investigou a inserção de dados falsos com o propósito de aumentar o repasse de recursos provenientes de emendas parlamentares foram exibidas de forma consecutiva, por, embora independentes, possuírem conteúdo complementar. Optamos por exibir primeiro a matéria que explica o que é o Orçamento Secreto e, em seguida, a que trata da Operação Quebra Ossos.

William Bonner introduz a reportagem com a frase “O orçamento secreto existe desde 2020 e tem esse apelido por causa da falta de transparência”. Segue-se um *off*<sup>11</sup> da repórter Cláudia Bomtempo, no qual ela diz: “o orçamento secreto surgiu a partir das emendas de relator, criadas para que o relator, deputado ou senador, fizesse ajustes pontuais na proposta do orçamento federal”. E complementa em uma *passagem*<sup>12</sup>: “Para que a emenda de relator seja liberada pelo governo federal, é preciso que um parlamentar faça a intermediação, mas essa negociação não é transparente. Segundo especialistas, tem sido usada como moeda de troca pelo governo para obter apoio no Congresso”.

Há, ainda, um outro *off* da repórter, coberto por imagens de Brasília e por recursos ilustrativos (processos didáticos), onde mostra-se a quantidade de dinheiro destinada por deputados, senadores e os chamados “usuários externos”. O recurso de arte mostra um gráfico em formato de círculo onde são apresentados os valores de emendas solicitadas por senadores, deputados e “usuários externos” – dois destes foram os alvos da operação da Polícia Federal, os irmãos Rodrigues. O recurso gráfico traz informações adicionais, que não estão contidas no texto:

GC<sup>13</sup>: “Orçamento secreto: indicação de uso dos recursos”, acompanhado do gráfico circular com as seguintes informações:

Senadores > R\$ 2,636 bilhões

Deputados > R\$ 5,703 bilhões

Usuários externos > R\$ 3,978 bilhões

Este recurso ilustrativo cobre a fala da repórter, quando diz: “Os usuários externos, que não são parlamentares, indicaram neste ano quase 4 bilhões de reais do Orçamento Secreto, mais do que todos os senadores juntos”.

---

<sup>11</sup> Off: texto narrado pelo repórter.

<sup>12</sup> Passagem: quando o repórter aparece no vídeo.

<sup>13</sup> GC: gerador de caracteres.

No decorrer da reportagem, menciona-se que, após a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinar que o Congresso realizasse a distribuição das emendas de forma transparente, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso passou a divulgar a destinação das verbas por meio do seu sistema eletrônico. A inovação possibilitou que não apenas senadores e deputados – como acontecia anteriormente – pudessem solicitar a verba orçamentária, mas qualquer cidadão e cidadã, que são chamados de “usuários externos”<sup>14</sup>. O nome do usuário externo fica registrado. No entanto, para o dinheiro ser liberado, é necessário o aval de um parlamentar, cujo nome permanece oculto. Em suma, a identificação dos deputados e senadores continua indisponível. Dessa forma, instituir a possibilidade de “usuários externos” – que não são membros do Congresso – solicitarem emendas do orçamento é uma maneira de burlar a transparência imposta pela decisão judicial.

Não é possível ao público apreender todo esse conhecimento com apenas uma reportagem. O noticiário político e econômico – assim como a novela e os campeonatos de futebol – necessita de um acompanhamento contínuo para ser efetivamente compreendido. Além disso, como já foi mencionado, o gênero informativo não é suficiente para garantir a compreensão de uma notícia. Portanto, não seria suficiente o simples relato do fato pelo âncora ou repórter, mas é imprescindível o papel de um comentarista, que contextualize a notícia, aprofunde as informações e ajude o público a produzir sentido a partir das informações, a produzir conhecimento. No entanto, diferentemente da novela e do noticiário esportivo – que conta com amplo elenco de comentaristas – há pouquíssimos estímulos para despertar o interesse do público para o noticiário político e econômico.

Antes que a exibição das reportagens fosse concluída, **Lavínia** comentou: "é tão secreto que a gente não sabe nem o que é isso". Ao término da exibição, foi perguntado o assunto das reportagens. Obtivemos os seguintes comentários:

---

<sup>14</sup> O que é o 'usuário externo', peça central do orçamento secreto. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/15/o-que-e-o-usuario-externo-peca-central-do-orcamento-secreto.ghtml>. Acesso em: 5 de dez. 2022.

**Bernardo:** “o orçamento secreto”

**Alfredo:** “eu acho que o orçamento secreto é a verba que o governo dá. Vamos supor que ele dá trinta e poucos milhões, só que eles fazem aquele serviço mas não tem como comprovar que ele gastou aquele dinheiro”.

**Lavínia:** “é secreto!” [risos]

**Bernardo:** “é um orçamento secreto, então não tem identificação. Disse que eles vão tirar dinheiro da saúde, educação e assistência social pra cobrir outro rombo”. [informação contida na reportagem]

**Alfredo:** “quando chega o governo pra prestar conta, ele não tem como comprovar que gastou aquele dinheiro. Ai onde tá aquele dinheiro que o governo deu, o presidente deu? [não compreendeu que o orçamento secreto é algo feito com a anuência do presidente]

**Washington:** “como a própria palavra diz ‘orçamento secreto’. Não dá pra saber. Eu fiquei rindo na hora porque eu me lembrei do debate que teve entre Lula e Bolsonaro, quando Lula também disse ‘quando eu me candidatar, eu vou procurar saber que orçamento secreto é esse’... porque nem ele sabe!” (Trecho de transcrição do grupo focal A, 24 de outubro de 2022, NATAL).

Com esse comentário, percebe-se que Washington acredita que o, então, candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva não sabe o que é o orçamento secreto.

**Washington** complementou: “É uma palavra que fica no ar. Que só quem sabe é quem criou e nem mesmo o governo [federal] não sabe”.

**Lavínia:** “não sabe nem o que ele vetou!”

**Washington:** “Ele [Bolsonaro] vetou uma coisa que ele disse que não sabe como é que ocorre, mas ele deve tá por dentro de alguma coisa”. (Trecho de transcrição do grupo focal A, 24 de outubro de 2022, NATAL).

Mencionamos que a reportagem sobre a Operação Quebra Ossos informa que Polícia Federal prendeu duas pessoas. Perguntei por que a PF prendeu essas pessoas.

**Lavínia:** “*ai tu me pegou*”. No entanto, em seguida mencionou que havia assistido essa reportagem no dia que o Jornal Nacional a veiculou. Explicou que a PF estava investigando e suspeitou porque a cidade é pequena e o número de raios X de dedo quase triplicou. Para **Bernardo:** “*esse orçamento secreto vai ser a maior corrupção de todos os tempos da política. A bomba vai ser essa. Porque, se fosse coisa boa, não era secreto*”.

Mencionamos também que a reportagem informa que o, então, Presidente da República Jair Bolsonaro sabe como funciona o orçamento secreto e continua liberando o dinheiro. Perguntamos qual o interesse do presidente ao liberar a verba. Na avaliação de **Washington**, seria uma armadilha preparada por Bolsonaro para identificar os autores de possíveis fraudes:

**Washington:** “eu acho que é pra fazer um teste com os indivíduos que estão pegando o dinheiro e ele quer ver o que eles estão realmente fazendo com esse dinheiro”.

**Lavínia** concorda: “pra depois dizer ‘é você!’, ‘eu peguei você!’. O pulo do gato!”

**Washington** completou: “é como botar uma isca. O patrão da gente às vezes faz isso com a gente. Ele pensa assim: ‘vou colocar esse dinheiro aqui pra ver o que ele vai fazer’. Entendeu? Mas depois vem o anzol...”

**Lavínia** assentiu: “tá só dando a corda...”

**Bernardo** hesita um pouco, mas diz: “é... pode ser também...” (Trecho de transcrição do grupo focal A, 24 de outubro de 2022, NATAL).

Após essas conjecturas, **Alfredo** explica o que é o orçamento secreto ao estabelecer uma comparação com um orçamento para material de construção: “é igual assim: você vai fazer uma casa, você já sabe fazer o orçamento. Vamos supor: não sei quantos sacos de cimento, areia e tal. Aí já faz aquele orçamento e vai saber o valor de tudinho. Aí depois ele vai saber com o que ele gastou” (Trecho de transcrição do grupo focal A, 24 de outubro de 2022, NATAL). E complementa:

Vamos supor se eu for trabalhar para alguém que me dá o dinheiro. Eu faço o orçamento. Vou pagar os trabalhadores, comprar o material. Faço o orçamento todo e mostro quanto eu vou gastar. Agora, se eu for mais sabido, eu faço o orçamento e compro coisa mais barata, mas digo que gastei mais e embolso o dinheiro. É o secreto! (Trecho de transcrição do grupo focal A, 24 de outubro de 2022, NATAL).

130

Com esse exemplo, Alfredo demonstra que compreendeu o mecanismo utilizado pelos alvos da Operação Quebra Ossos.

Mencionamos novamente que o presidente Jair Bolsonaro almeja algo em troca dos deputados e senadores. Perguntamos se alguém sabe dizer o que seria:

**Rosângela:** “eu não sei”

**Bernardo:** “eu não sei porque é secreto”

**Washington:** “em troca eu não sei o que ele quer, não”

**Lavínia:** “eu quero descobrir depois do dia 30”

**Bernardo:** “dia 1 de janeiro [2023] a gente vai saber”

**Lavínia:** “vamos saber quando Lula assumir. E, se for Bolsonaro, infelizmente vai continuar sendo secreto. Aí só depois de mais quatro anos...” (Trecho de transcrição do grupo focal A, 24 de outubro de 2022, NATAL).

No grupo B, (reunido 29/10/22, às 15h), três participantes, em um total de oito, demonstraram ter uma percepção maior. Ao perguntar qual o assunto da reportagem, obtivemos as seguintes respostas:

**Maurício:** “orçamento secreto”

**Fernanda** complementou: “e a falta de transparência na sua destinação”

**Marcela:** “tá falando sobre realmente a corrupção. Eles fazem o que: eles pegam, lançam o projeto, aprova, repassa esse dinheiro pra um caixa dois – como se chama – pra eles, e ninguém vê e fica por isso mesmo. E não prestam contas”.

**Fernanda:** “na verdade, eles tentam prestar contas, como nessa última reportagem agora [Operação Quebra Ossos]: não sei quantas mil consultas pra uma população que não tem essa média. Então são dados secretos. Dados falsos, quer dizer”.

**Marcela:** “eles lançam consultas que não existem. Então isso é o que? É corrupção, lavagem de dinheiro”.

**Fernanda:** “eles têm que justificar esses dados que não existem”.

**Wilson:** “concordo com Fernanda”.

**Ângela:** “concordo também”.

**Manoel:** “concordo com isso que Marcela falou”.

**Maurício:** “é exatamente isso que eles falaram. O orçamento secreto. Exemplo: vai ter a construção de um edifício onde vai gerar empregos e esse recurso, que era pra isso, fica pra eles. No caso, corrupção. Mais ou menos isso”. (Trecho de transcrição do grupo focal B, 29 de outubro de 2022, NATAL).

Perguntamos o que é, exatamente, o orçamento secreto. Para **Maurício** “é algo que é sigilo entre os parlamentares, pelo que eu entendi”. Já **Fernanda** disse que “é a destinação de emendas para os parlamentares, só que elas não são repassadas de forma correta, sem a transparência devida. Não sabe para onde foi”. [Respondeu corretamente]

Perguntamos como funciona o orçamento secreto. Para **Wilson** “esse orçamento secreto é a forma pra poder desviar o dinheiro. A forma de caixa dois, como Marcela falou”. **Fernanda** completou “usado como moeda de troca entre os políticos e o presidente”. [Informação contida na reportagem]. (Trecho de transcrição do grupo focal A, 24 de outubro de 2022, NATAL)

No questionário, havia a pergunta sobre o orçamento público e o orçamento participativo, conforme apresentado no Quadro 4:

#### Quadro 4: Resultados da pesquisa

Você já ouviu falar em:	Sim	Não
<b>Orçamento público</b>	11	4
<b>Orçamento participativo</b>	5	10

Fonte: Dados coletados pelos autores a partir de questionário aplicado ao grupo focal.

Como vimos, 11 pessoas afirmam já ter ouvido falar sobre o orçamento público, mas apenas 5 sobre o orçamento participativo, que se trata de uma forma da sociedade participar da administração pública ao indicar quais devem ser as prioridades na elaboração do orçamento. Esse modelo tem sido adotado em algumas localidades no Brasil, no âmbito do poder executivo municipal.

Acreditamos que o protagonismo do cidadão e da cidadã pode fortalecer e aprimorar a democracia. E uma das funções do jornalismo é oferecer o conhecimento necessário para que ambos possam exercer o seu direito à participação nos processos decisórios que envolvem interesses de toda a sociedade, como a elaboração do orçamento público, por exemplo. Nesse sentido, acreditamos que o Jornal Nacional se abstém de oferecer essa contribuição a uma parte significativa do seu público, pois avaliamos que os parâmetros da função pedagógica do jornalismo não têm sido observados nas editorias política e econômica do telejornal. Mas como sabemos, a educação pela liberdade enquanto consciência do contexto no qual vivemos (FREIRE, 2011) não pode ocorrer sem o conhecimento do contexto sociocultural em que estamos imersos.

Em 5 dezembro de 2005, o público brasileiro descobriu, por meio de um artigo intitulado “De Bonner para Homer”, publicado na revista *Carta Capital* e no site *Observatório da Imprensa*, por Laurindo Lalo Leal Filho, que para William Bonner, editor-chefe e principal âncora do Jornal Nacional, o arquétipo do telespectador médio brasileiro é o personagem Homer Simpson, da série de animação estadunidense *Os Simpsons*, o qual não é muito conhecido por sua perspicácia intelectual. Na ocasião, o autor que junto a outros docentes fora convidado pela Rede Globo para acompanhar a produção do seu principal telejornal, relatou:



Depois de um simpático “bom-dia”, Bonner informa sobre uma pesquisa realizada pela Globo que identificou o perfil do telespectador médio do Jornal Nacional. Constatou-se que ele tem muita dificuldade para entender notícias complexas e pouca familiaridade com siglas como BNDES, por exemplo. Na redação, foi apelidado de Homer Simpson. Trata-se do simpático mas obtuso personagem dos Simpsons, uma das séries estadunidenses de maior sucesso na televisão em todo o mundo. Pai da família Simpson, Homer adora ficar no sofá, comendo rosquinhas e bebendo cerveja. É preguiçoso e tem o raciocínio lento. (LEAL FILHO, 2006, p.177-178)

O artigo relata uma reunião de pauta do Jornal Nacional. Leal Filho prossegue:

A explicação inicial seria mais do que necessária. Daí para a frente o nome mais citado pelo editor-chefe do Jornal Nacional é o do senhor Simpson. “Essa o Homer não vai entender”, diz Bonner, com convicção, antes de rifar uma reportagem que, segundo ele, o telespectador brasileiro médio não compreenderia. (LEAL FILHO, 2006, p.178)

Segundo Orlandi (2015, p. 44), “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”. Então, ao zombar e culpar seus expectadores pela falta de intimidade com determinados assuntos complexos de serem compreendidos por quem não teve a oportunidade de ter uma boa base educacional, Bonner suscitou uma grande repercussão no meio jornalístico e entre o público. Ao se pronunciar sobre o relato do professor Leal Filho, o editor-chefe declarou em nota republicada no site *Observatório da Imprensa*, em 06/12/2005:

No dia 23 de novembro, recebemos, no JN, a visita de professores universitários. Eles assistiram a uma reunião matinal, em que se esboça uma previsão da edição daquele dia. E me ouviram fazer algumas considerações sobre nosso trabalho. Em palestras que ministro a estudantes que nos visitam todas as semanas, faço o mesmo. Nestas ocasiões, sempre abordo, por exemplo, a necessidade de sermos rigorosamente claros no que escrevemos para o público. Brasileiros de todos os níveis sociais, dos mais diferentes graus de escolaridade. E o didatismo que buscamos para o público de menor escolaridade não deve aborrecer os que estudaram mais. Neste desafio, como exemplo do que seria o público médio nessa gama imensa, às vezes cito o personagem Lineu, de A Grande Família. Às vezes, Homer, de Os Simpsons. Nos dois casos, refiro-me a pais de família, trabalhadores, protetores, conservadores, sem curso superior, que assistem à TV depois da jornada de trabalho. No fim do dia, cansados, querem se informar sobre os fatos mais relevantes do dia de

maneira clara e objetiva. Este é o Homer de que falo (BONNER, 2005, sem paginação).

O apelido “Homer Simpson” que possui uma carga semântica pejorativa dificilmente seria usado para qualificar os expectadores que podem pagar pelos canais noticiosos de TV por assinatura, tal como a GloboNews. Portanto, acreditamos que o caso pode ser útil para suscitar uma reflexão sobre o jornalismo praticado pelos grandes meios de comunicação.

Como temos abordado neste artigo, para que o telespectador e a telespectadora possam compreender uma notícia é necessário observar os parâmetros da função pedagógica do jornalismo: *adequação linguística, processos didáticos e interpretação*. Produzir um texto claro e objetivo em uma linguagem que se aproxime do público é insuficiente para promover a compreensão. Provavelmente, a eventual dificuldade do público na compreensão das editorias política e econômica do Jornal Nacional se deve à ausência no noticiário da observância ao parâmetro da *interpretação*, um dos pilares da função pedagógica. Se for oferecido ao telespectador do JN um jornalismo interpretativo semelhante ao praticado na *GloboNews*, com amplo quadro de comentaristas de política e economia, provavelmente o telespectador e a telespectadora compreenderão melhor as notícias referentes à política e à economia do país.

Existem várias estratégias e recursos que poderiam ser utilizados para tornar as editorias política e econômica mais didáticas, como as séries de reportagens, a domesticação do noticiário<sup>15</sup> e a utilização de comentaristas. A inserção na grade de programas temáticos – como o Bem Estar e o Globo Esporte – garantem o agendamento contínuo das pautas e maior tempo para aprofundar a abordagem. Por sua vez, a utilização do jornalismo interpretativo como alternativa ao informativo – observada no quadro “Cavalinhos do Fantástico”, assim como o recurso do humor – poderiam tornar bem mais atrativos tanto o noticiário político, quanto o econômico. Bastaria que para isso houvesse por parte dos editores-chefes dos telejornais o mesmo interesse que há em explicar os acontecimentos do mundo esportivo e os do entretenimento. Assim, por

---

<sup>15</sup> Na editoria internacional, refere-se ao esforço para explicar e contextualizar as notícias, buscando estabelecer conexões e possíveis impactos para o país onde são veiculadas.

auxiliarem o público a compreender plenamente o noticiário, todas essas estratégias metodológicas fazem parte da função pedagógica do jornalismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Temos dito que o jornalismo é uma forma de conhecimento (MEDITSCH, 1997) e que ele possui uma função pedagógica (VIZEU, 2009). Wolton (2011) acredita que não é suficiente para o jornalismo oferecer informação – especialmente após o advento das novas tecnologias, que tornaram a informação mais acessível – e aponta que o diferencial do jornalismo é oferecer o conhecimento que possibilite compreender a informação. Para Vizeu (2009) o jornalismo contribui para que o homem e a mulher possam se orientar mediante a complexidade do mundo, enquanto Silva (2014) acredita que o jornalista desempenha um papel de educador social.

Dessa forma, compreendemos que o telejornalismo desempenha um papel semelhante ao da escola, onde o professor ensina, explica, orienta os(as) alunos(as) e também aprende com eles construindo coletivamente um conhecimento que os capacita para – muito além do mercado profissional – a vida em sociedade, para o exercício da cidadania. Como temos dito, acreditamos que, da mesma maneira, o jornalismo também cumpre esse papel junto ao público.

Quando, eventualmente, o telespectador e a telespectadora encontram alguma dificuldade para compreender determinado conteúdo do noticiário, é porque a explicação oferecida é insuficiente. Assim, observamos que, nas editorias política e econômica, há uma restrição do conhecimento produzido pelo jornalismo, sem o qual não é possível exercer efetivamente a cidadania. Acreditamos que a concentração do conhecimento acerca dos sistemas político e econômico entre os segmentos que detêm influência no processo decisório do Brasil proporciona a manutenção das desigualdades sociais.

Ao desconhecer como é construído o orçamento público e a existência da possibilidade de participar e opinar sobre qual deve ser a prioridade na destinação dos recursos, essas pessoas ficam impossibilitadas de participar do debate público, de cobrar a defesa dos seus direitos. Embora tenham o direito de participar e expor suas opiniões, na prática, sem o conhecimento – que primeiro deveria vir da escola e, em segundo

lugar, do jornalismo – não é possível uma participação efetiva. Dessa forma, as desigualdades sociais no país se perpetuam. Portanto, restringir o conhecimento é uma maneira de impossibilitar o exercício efetivo da cidadania e promover a manutenção das desigualdades sociais.

O conhecimento produzido pelo jornalismo é imprescindível para o pleno exercício da cidadania e, conseqüentemente, para a manutenção e o fortalecimento das sociedades democráticas. Por este motivo, buscamos propor reflexões sobre o jornalismo praticado em televisão aberta por meio deste artigo no qual analisamos via grupo focal a recepção de telespectadores do Jornal Nacional em um bairro periférico de Natal (RN).

Cientes das limitações dos nossos resultados, buscamos ainda inspirar novas pesquisas no campo da comunicação e educação e do jornalismo político e econômico para ampliarmos o conhecimento a respeito dos temas aqui abordados.

Acreditamos que se debruçar sobre essas questões poderá contribuir para a construção de um telejornalismo em TV aberta mais acessível, onde o noticiário político e econômico possa ser compreendido plenamente por todos os telespectadores e telespectadoras, independentemente da faixa etária, classe social ou escolaridade.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

BONNER, William. **Sobre a necessidade de ser claro**. Observatório da Imprensa, 2005. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/sobre-a-necessidade-de-ser-claro/>. Acesso em: 5 de dez. 2022.

BONNER, William. **Jornal Nacional: modo de fazer**. São Paulo: Globo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMPOS, Pedro Celso. **O texto interpretativo**. Observatório da Imprensa, 2002. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/o-texto-interpretativo/>. Acesso em: 18 de jun. 2022.

CASTILHO, Carlos. **O jornalista como curador e professor do público**. objETHOS, 2021. Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2021/02/15/o-jornalista-como-curador-e-professor-do-publico/>. Acesso em: 09 de mai. 2022.

DINIZ, Kelly Maciel. A cobertura política do Jornal Nacional: conteúdos noticiosos e a construção de sentidos para a política. **Anais do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, Bauru-SP, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Genealogia dos Bairros: Mãe Luíza. **Natal das Antigas**, 2022. Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/genealogia-dos-bairros-mae-luiza>. Acesso em: 5 de dez.2022.

137

JORNAL NACIONAL. **Imposto de renda/pensão alimentícia**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11015714/?s=0s>. Acesso em: 11 out. 2022.

JORNAL NACIONAL. **IPCA - inflação dos alimentos**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11019245/?s=0s>. Acesso em: 12 out. 2022.

JORNAL NACIONAL. **Assédio eleitoral**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11021954/?s=0s>. Acesso em: 13 out. 2022.

JORNAL NACIONAL. **Mutirão Defensoria Pública do Maranhão**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11021954/?s=0s>. Acesso em: 13 out. 2022.

JORNAL NACIONAL. **Orçamento Secreto/Operação Quebra Ossos**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11028944/?s=0s>. Acesso em: 15 out. 2022.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **De Bonner para Homer**. 2005. Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/laurindo\\_lalo\\_leal\\_filho/](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/laurindo_lalo_leal_filho/) Acesso em: 5 de dez. 2022.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão.** São Paulo: Summus, 2006.

LOPES DA SILVA, Marcos Fabrício. **O jornalista-educador.** Observatório da Imprensa, 2014. Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitosdesfeitas/\\_ed828\\_o\\_jornalista\\_educador/](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitosdesfeitas/_ed828_o_jornalista_educador/). Acesso em: 21 de set. 2022.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político.** São Paulo: Contexto, 2013.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Palestra proferida no evento “Estudos Gerais da Arrábida – Conferências do Convento”, realizado em Portugal, 1997. Disponível na Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf> Acesso em: 03 de set. 2022.

O BAIRRO DE MÃE LUIZA. **Fatos e Fotos de Natal Antiga, 2021.** Disponível em: <https://fatosefotosdenatalantiga.com/o-bairro-de-mae-luiza/>. Acesso em: 5 de dez. 2022.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na tv: manual de telejornalismo.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PREFEITURA DO NATAL. Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo. **Conheça melhor o seu bairro: Mãe Luíza.** 2012.

SILVA, Carlos Eduardo Lins. **Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores.** São Paulo: Summus, 1985.

SOUZA, José Clécio Silva e. Educação e História da Educação no Brasil. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 23, nov. 2018.

VIZEU, Alfredo Pereira. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 16, n. 40, p. 77–83, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6321>. Acesso em: 10 jul. 2023.

VIZEU, Alfredo Pereira. Jornalismo e Paulo Freire: o conhecimento do desvelamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, set./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/17810>. Acesso em: 03 mar. 2023.



VIZEU, Alfredo Pereira; SILVA; Laerte José Cerqueira. 65 anos de televisão: o conhecimento do telejornalismo e a função pedagógica. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v.23, n.3, set./out./nov./dez. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22638>. Acesso em: 03 mar. 2023.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.